

Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2022

A presente nota informativa refere-se, de forma genérica, à política de privacidade da recolha de dados através do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN). Esta política visa regular o tratamento dos dados pessoais recolhidos através do IPCTN e é aplicável às unidades inquiridas e aos titulares dos dados.

O IPCTN é o instrumento oficial de recolha de informação sobre os recursos humanos e financeiros afetos a atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) em Portugal. É um Inquérito do Sistema Estatístico Nacional (SEN) - Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, de resposta obrigatória. A recolha de dados tem por finalidade a produção de estatísticas sobre ciência, tecnologia e ensino superior em Portugal. Neste inquérito são recolhidos os dados dos recursos humanos das unidades inquiridas que sejam executoras de atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D). A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) é a Autoridade Estatística, através de delegação de competências do Instituto Nacional de Estatística (INE), responsável pelo desenvolvimento e aplicação, bem como a recolha, tratamento e validação dos dados do IPCTN.

A DGEEC é a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais no cumprimento da Lei n.º 58/2019, lei de execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. É ainda obrigada a salvaguardar o segredo estatístico sobre toda a informação individual por si solicitada e não partilha os dados pessoais com entidades externas. Os dados pessoais são recolhidos a partir de formulário eletrónico que utiliza apenas cookies de sessão que não recolhem qualquer dado pessoal.

A informação individual recolhida tem como propósito principal o tratamento de dados para fins estatísticos. Pode ainda ser tratada para fins de arquivo de interesse público ou para fins de investigação científica ou histórica, de acordo com a legislação em vigor sobre proteção de dados pessoais. Estes dados podem ainda ser transferidos, ao abrigo do SEN, para outras operações estatísticas da DGEEC.

Os dados destinam-se a conservação permanente. Findo o tempo de conservação da fase ativa, os dados são sujeitos a técnicas de anonimização ou pseudonimização de acordo com o previsto no artigo n.º 31 da Lei 58/2019, de 8 de agosto, por forma a não apresentarem risco para os titulares dos dados.

Nos termos da legislação aplicável, é garantido aos utilizadores o direito de acesso, retificação e atualização dos seus dados na unidade inquirida. Os titulares dos dados podem realizar o pedido de correção por escrito, para os seguintes endereços: ipctni@dgeec.medu.pt e ipctne@dgeec.medu.pt.

Todos os dados são mantidos num ambiente tecnológico seguro, nos servidores principais da DGEEC localizados em Portugal. No processo de autenticação e comunicação protegemos os dados pessoais utilizando procedimentos e medidas de proteção apropriados. O acesso ao sítio é protegido por um canal seguro, SSL com TLS nos endereços <https://ipctn.dgeec.mec.pt/ipctn22i/> e <https://ipctn.dgeec.mec.pt/ipctn22e/>. O acesso aos dados pessoais é restrito aos colaboradores da DGEEC, responsáveis pela sua gestão e manutenção existindo medidas de segurança física e lógicas associadas para acesso aos conteúdos da plataforma. São realizados backups regulares do conteúdo da plataforma.

Para o esclarecimento de dúvidas referentes à presente recolha pode contactar a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência através dos endereços: ipctni@dgeec.medu.pt e ipctne@dgeec.medu.pt. Pode ainda contactar por escrito o encarregado de proteção de dados através do endereço dpo@dgeec.medu.pt, de forma a obter os esclarecimentos que julgue necessários, relativamente a eventuais dúvidas relacionadas com a privacidade dos dados pessoais.

Em situação de dúvida ou conflito, relativamente à utilização dos seus dados pessoais não resolvido pelo respetivo Responsável pelo Tratamento ou pelo Encarregado de Proteção de Dados, poderá apresentar reclamação ou pedir esclarecimentos à autoridade competente:

Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)

Av. Dom Carlos I, 134 – 1.º, 1200-651 Lisboa. | Telefone: 21 392 84 00

Em caso de dúvida deverá utilizar o formulário em linha acessível em:

<https://www.cnpd.pt/cidadaos/pedidos-de-informacao/>

Em caso de conflito deverá utilizar o formulário em linha acessível em:

<https://www.cnpd.pt/cidadaos/participacoes/>